

BRASÍLIA – Governo e oposição traçaram estratégias diferentes para o ano em que o país vai viver a experiência inédita de poder reeleger o presidente da República e os governadores estaduais, mas num ponto todos estão de acordo: parte da disputa começará a ser decidida daqui a dois meses. Os políticos se preparam para um “super-março”, analogia com a “super-terça” das eleições primárias que precedem a escolha dos candidatos presidenciais nos Estados Unidos.

É em março que Lula pretende definir a coligação que o apoiará. É em março, no máximo, que o Congresso pretende concluir as votações das reformas administrativa e da Previdência. É em março que Fernando Henrique Cardoso fará a reforma ministerial. É em março que o PMDB decidirá em convenção se terá ou não candidato ao Palácio do Planalto. É em março, enfim, que o ex-presidente Itamar Franco, atual embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), decidirá seu futuro político.

O presidente Fernando Henrique terá que articular com sua base parlamentar – PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB – a reforma ministerial decorrente da desincompatibilização, no início de abril, dos ministros que vão disputar as eleições.

Cotas reservadas – Estão nessa situação os titulares dos ministérios dos Transportes, Eliseu Padilha, da Indústria e Comércio, Francisco Dorneles, do Planejamento, Antônio Kandir, do Meio Ambiente, Gustavo Krause, da Previdência, Reinhold Stephanes, e, provavelmente, o da Justiça, Íris Resende.

Para evitar turbulências, o presidente decidiu que os partidos manterão suas cotas no novo ministério. De olho no segundo mandato, pois ninguém no governo trabalha com a hipótese de derrota, Fernando Henrique Cardoso não pretende nomear ninguém que não possa substituir em dezembro, quando termina seu primeiro mandato. O ministério-tampão não será político, mas também não poderá ser fraco, a ponto de debilitar a campanha pela reeleição.

Para os líderes governistas, é imperativo concluir até o fim de março a votação da reforma administrativa no Senado e da reforma da Previdência na Câmara. “Se já está difícil votar agora, imagina depois, com a eleição mais próxima”, explicou o deputado José Aníbal (PSDB-SP).

A oposição planeja pôr mais lenha na fogueira, acrescentando o aumento do salário mínimo à pauta de votações do primeiro semestre. Há seis meses está pronto para ser votado projeto do deputado Paulo Paim (PT-RS) que aumenta o mínimo dos atuais R\$ 120 para R\$ 208.

Para os deputados e um terço do Senado, preocupados com a reeleição, será cada dia mais difícil interromper a campanha para participar das votações em Brasília. Apesar disso terão que vir todas as semanas porque os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), estão empenhados em mostrar à opinião pública que o Congresso trabalha.

“É bom para o Congresso que continue em atividade, até porque a campanha só começará de fato no final de julho”, disse o vice-presidente Marco Maciel.

Pauta – Para manter o legislativo funcionando, agora sob os olhares das TVs Senado e Câmara, o senador Antônio Carlos Magalhães e o deputado Michel Temer estão montando uma pauta de votações. “O Congresso sempre funcionou até o mês de junho nos anos eleitorais. Os deputados que não vierem serão cobrados pela mídia e mandados para cá pelos eleitores que pretendem conquistar”, apoiou o deputado José Genoíno (PT-SP).

A Câmara tem uma pauta repleta de matérias pendentes. Há três emendas constitucionais – a do Imposto sobre Combustíveis, a do efeito vinculante para decisões dos tribunais superiores e a de reestruturação das polícias Civil e Militar – e o projeto de lei que trata das punições contra atividades lesivas ao meio ambiente.

No Senado, a pauta prevê as votações da nova legislação sobre direitos autorais, do projeto que tipifica os crimes de lavagem de dinheiro, do projeto que cria o Banco da Terra e a

regulamentação dos planos de saúde.

Enquanto março não chega, a estratégia do governo é retardar o início da campanha eleitoral o máximo que puder. Fernando Henrique, que se empenhou pela aprovação da emenda da reeleição em 1997, teme que a vantagem de disputar o segundo mandato no exercício do poder provoque reação da opinião pública ao fato de ter o governo nas mãos e, ao mesmo tempo, pedir votos. “Vou ser presidente o maior tempo possível e candidato durante o menor tempo que puder”, disse na quinta-feira ao líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves.

Contra o tempo – Para não se expor a denúncias de uso da máquina administrativa e evitar as brigas regionais entre os aliados, Fernando Henrique pretende reduzir ao máximo seus movimentos durante a campanha. “A campanha será eletrônica”, antecipou um assessor do presidente.

Na oposição, a luta é contra o tempo. “Não temos R\$ 500 milhões para gastar em publicidade, como o governo”, alegou o presidente do PT, José Dirceu. Por isso, os petistas deram prazo até março para que os aliados da esquerda – PDT, PC do B e PSB – se definam por sua candidatura.

Para garantir um palanque mais amplo, Lula ofereceu a vaga de vice-presidente ao ex-governador Leonel Brizola, líder do PDT, e aguarda ansiosamente o apoio do PSB, comandado pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Durante o primeiro semestre, um fantasma assombrará a campanha da reeleição de Fernando Henrique e o monopólio da oposição pretendido por Lula. Trata-se do ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, que estará percorrendo o país na expectativa de uma súbita ascensão nas pesquisas que viabilize sua candidatura, atualmente restrita ao minúsculo PPS.

“Se o Ciro subir nas pesquisas, não tenho dúvida de que uma parte da esquerda que está com Lula virá para o nosso palanque”, disse o presidente do PPS, senador Roberto Freire (PE).

A temperatura política voltará a subir durante o mês de junho, quando serão realizadas as convenções partidárias para definir os candidatos e as coligações que vão disputar as eleições para presidente e governos estaduais.

Reta final – O PMDB voltará a inquietar o Planalto, pois, mesmo que em março o partido se decida pela coligação com Fernando Henrique, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) vai apresentar sua candidatura aos convencionais. Essa, entretanto, não será a única preocupação do governo.

Até 4 de julho, o Poder Executivo terá que assinar todos os convênios para liberação de recursos orçamentários. A pressão dos parlamentares governistas para canalizar verbas que favoreçam seus redutos eleitorais provocará, certamente, muitos ressentimentos e denúncias dos preteridos. Apostando na repetição do que ocorreu em dezembro do ano passado com a liberação de emendas para os deputados da base governista, a oposição sonha com um prato feito para recheiar denúncias de uso da máquina administrativa.

A campanha eleitoral só deverá atingir temperatura máxima depois do dia 15 de julho, quando a Copa do Mundo já tiver acabado. Nessa época, os partidos estarão autorizados a fazer campanha de rua. Mas o presidente, os governadores e os candidatos não poderão fazer pronunciamentos em cadeia de rádio e televisão nem comparecer a inaugurações de obras públicas. O Congresso voltará a funcionar no dia 3 de agosto, em regime de recesso branco, com número reduzido de parlamentares.

A grande massa dos eleitores só deverá fazer suas opções por candidatos incorporando-se à campanha, a partir do dia 18 de agosto, quando começará o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. O presidente Fernando Henrique vai privilegiar a campanha pela TV, mas a oposição vai dar prioridade também à campanha de rua.

Até 4 de outubro, quando os eleitores irão às urnas, Fernando Henrique levantará a bandeira da estabilidade econômica e a oposição a defesa de políticas sociais e econômicas que promovam a redistribuição da renda.

■ Mês, previsto para definições de partidos e coligações, será decisivo para as eleições

FH e oposição esperam por super-março